

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

Traçar as referências historiográficas da imprensa homoerótica brasileira é reconhecer as mudanças editoriais e diferentes formas de produção de conteúdos jornalísticos, bem como diagnosticar diversas diretrizes que foram elaboradas para que essas publicações permanecessem em atividade, acompanhando as dinâmicas culturais, políticas e econômicas. Assim, a análise das dinâmicas editoriais desse segmento de imprensa não compreende o reconhecimento de uma linha retilínea e constante composta por meras sucessões de acontecimentos com diferentes correntes editoriais. O método histórico, proposta adotada para o desenvolvimento metodológico nessa pesquisa, descortina os fatos para reconhecê-los não como sendo a história-relato, mas apodera-se do relato para ser “progressivamente desmembrado, dissecado e integrado numa estrutura social ou cultural” (Dumoulin, 1993, p.538). Ou seja, tornam-se importantes os diálogos que são estabelecidos com outros campos do conhecimento e a percepção crítica e reflexiva para a verificação desses fenômenos para a construção da historiografia. Para a análise da imprensa homoerótica brasileira, o método histórico torna-se uma metodologia frutífera justamente por contemplar outros movimentos epistemológicos para a formação dos cenários.

Outro ponto relevante para essa pesquisa é a adoção do termo *imprensa homoerótica* e não *imprensa gay* ou *homossexual*. A escolha dessa expressão se realiza por que o termo *gay* ou *homossexual* refere-se à identidade de sujeitos que sentem desejo por pessoas do mesmo sexo, ou seja, há uma prática discursiva reconhecida sobre essas identidades. Assim, o termo *homoerótico* torna-se mais adequado porque faz mais alusão ao desejo e pondera as manifestações identitárias. A opção pela expressão também se aplica por que o consumo dessas publicações não ficaria restrito a um determinado grupo demarcado pela identidade, mas a um grupo orientado também pelo desejo, sendo esse formado independentemente da questão da identidade previamente estruturada, como apresenta Costa (2005). Assim, a epistemologia do termo *homoerótico* está dissociada da rigidez da questão identitária, do entendimento cartesiano a discursos estigmatizantes das práticas sexuais e mais envolvida às porções dos movimentos do desejo.

Dessa forma, será possível reconhecer como foram edificados os jornais e revistas desse segmento a partir das práticas discursivas e dos modos de representação das sexualidades homoeróticas em diálogo com

as movimentações culturais. Para isso, essa pesquisa tem como fio condutor as primeiras publicações que dataram a partir da década de 1960 como foi *O Snob*, que circulou entre os anos de 1963 e 1969, no Rio de Janeiro; passando pela militância oferecida pelo jornal *Lampião da Esquina*, que se manteve em atividade entre 1978 e 1982 e teve maior abrangência territorial.

Após o término de *Lampião*, houve uma debilidade de produções nacionais que perdurou até o começo dos anos de 1990, o que ocasionou invasão de publicações internacionais; logo em seguida, teve o lançamento da *G Magazine*, que veiculou imagens de homens que apresentavam certo reconhecimento social (cantores, atores, jogadores de futebol, etc.) nus e com ereção, uma novidade para época. Na primeira década do século XXI, houve um diálogo mais incisivo entre consumo e homoerotismo na proposta editorial da revista *Junior* e a diluição das referências das sexualidades com as imagens e textos da revista *Nin*, a única em circulação no momento. Mesmo reconhecendo a existência de várias publicações no meio digital e de sites de conteúdo homoerótico, esse texto se limita em analisar apenas às publicações impressas, sejam jornais ou revistas, excluindo também publicações que apresentam apenas ensaios fotográficos.

REFLEXÕES HISTÓRICAS

AS PRIMEIRAS LETRAS

Não sendo o objeto central de discussão desse texto, antes das análises, é importante contextualizar como as homossexualidades e os comportamentos homoeróticos receberam designações e representações diferentes ao longo do tempo acompanhando condições culturais e sociais. Como, por exemplo, a certa flexibilidade sobre o tema registrada na antiguidade na Grécia, quando as práticas homoeróticas entre homens mais velhos e seus pupilos eram aceitas por uma questão de submissão e aprendizagem. Ou como, indo em um sentido contrário ao grego, os discursos discriminatórios provenientes da cultura positivista do final do século XIX e começo do século XX, que não reconheciam quaisquer atitudes que fossem fora da ordem heteronormativa ou tradicionalmente convencionais.

No Brasil, como apresentam Green e Polito (2004), a homossexualidade nunca foi considerada como crime tipificado, todavia, a condenação de homossexuais à prisão era feita baseada em leis e códigos de condutas como o artigo 266, do Código Penal Republicano, promulgado pelo decreto nº 847, de 11 de outubro de

1890, que resguardava o pudor entre pessoas de sexo diferente ou igual a paixões lascivas. Ainda de acordo com os autores, o comportamento homoerótico era rechaçado, como mostrava o artigo 282, do capítulo V, pois condenava quem infringia os bons costumes com exhibições ou gestos obscenos. Além disso, o artigo 379, do capítulo VII, proibia o uso de nome trocado, alterado ou de condecoração inexistente, como uma forma de condenar transformistas, travestis, artistas ou quaisquer pessoas que se utilizavam de fantasias em performances cênicas ou de uso no cotidiano. O artigo 399, do capítulo XIII, também condenava quem não tinha profissão e residência fixas. Alguns comportamentos e frequência em determinados lugares ou hábitos de vestimentas também poderiam embasar sintomas da homossexualidade no Brasil oitocentista. Os uranistas¹, como eram chamados preconceituosamente os homossexuais naquele período, alegam Green e Polito (2004):

entregavam-se aos prazeres lúbricos em hospedarias, em casas de alugar quartos por hora, ou em domicílio próprio, sendo todos esses lugares de *rendez-vous* mais ou menos conhecidos pela polícia, toleradora do exercício da libertinagem masculina, (...) se entregavam na impunidade das trevas ao horrendo comércio desse asqueroso vício. (p.31)

Essas representações lascivas e de promiscuidade sobre esses sujeitos eram sintomas fortes da apropriação do universo científico médico e jurídico e que foram estudadas, averiguadas, analisadas por que operavam fora do quadro da heteronormatividade compulsória. Para Foucault (1999), o desenvolvimento do pensamento positivista e científico proporcionou o crescimento de diagnósticos e intervenções que tinham como objetivo não necessariamente a criminalização das chamadas sexualidades periféricas, mas o acompanhamento e investigação dos comportamentos dessas sexualidades para que assim pudessem ser controladas e limitadas enquanto uma prática em espaços e ambientes pré-estabelecidos como os guetos, bares e outros espaços de sociabilização. Todavia, as homossexualidades e comportamentos homoeróticos não eram reconhecidos apenas em pessoas de classes mais humildes, mas eram manifestadas em sujeitos das mais variadas classes. A partir dessas considerações, as homossexualidades e comportamentos homoeróticos, enquanto manifestações de sexualidade, não podem ser considerados como um discurso marmorizado e estagnado, mas devem ser interpretados como representações dentro de recortes no tempo e no espaço; tornando-se sintomas desses momentos, na mesma

proporção que fomentam as estruturas culturais de uma sociedade. Por isso que Parker (2002) acredita que:

As sexualidades, como as culturas, não podem mais ser consideradas sistemas elegantemente unificados e internamente coerentes que de algum modo podem ser isolados e estudados, interpretados e compreendidos, comparados e contrastados, e vistos individualmente como exemplos de diversidade e diferença. Ao contrário, a sexualidade, como qualquer outro aspecto da vida humana, ficou cada vez mais sujeita a processos de mudanças em rápida aceleração, e quase sempre bastante disjuntivos, que ocorreram no contexto da globalização excepcionalmente complexa que marcou as décadas finais do século XX. (p.16)

Dessa forma, as sexualidades não perpassam exclusivamente a condição biológica do sujeito, nem podem ser interpretadas como representações de identidade estáticas: devem ser compreendidas como signos culturais que foram construídos como manifestações históricas, acompanhando as movimentações sociais e fomentando uma diversidade de perspectivas de subjetividades. No compasso dessas mudanças sociais sobre as sexualidades encontram-se as publicações homoeróticas brasileiras que estabeleceram conexões com as transformações identitárias acerca das diferentes representações. Essas mudanças não são processos pragmáticos. Há uma via de mão dupla entre o surgimento dessas publicações e os signos das mudanças que ocorrem no âmbito social e histórico que ofereceu novas perspectivas culturais.

A primeira publicação abertamente homoerótica reconhecida foi *O Snob*, que circulou apenas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1963 e 1969². A publicação praticamente artesanal começou pela idealização de Agildo Guimarães com o descontentamento do resultado do concurso Miss Traje Típico, organizado pela Turma Ok, o primeiro grupo social de homossexuais no Rio de Janeiro, ainda em atividade. A publicação era simples, datilografada, reproduzida por mimeógrafo e tinha, como apresenta Péret (2011), como conteúdos “colunas de fofoca, concursos de contos e poesias, matérias sobre moda e beleza, cuidados com a pele, entrevistas, palavras cruzadas e série de reportagens” (p.19). A distribuição era feita por contatos pessoais (não havia distribuição em bancas, nem assinaturas) ou em espaços de sociabilidades de homossexuais no centro do Rio de Janeiro, Copacabana, bairro carioca, mais precisamente no chamado Bolsa de valores, trecho de praia em frente ao hotel Copacabana Palace, onde havia (e ainda há) grande concentração de homossexuais.

O deboche e o escárnio faziam parte das propostas d'O *Snob*, como apresenta Green (2000), "recheado de fofocas, humor *camp* e autoafirmação" (p.145). A contribuição da publicação, além de proporcionar sociabilidades entre homossexuais, trouxe à tona uma série de gírias e vocabulários que estavam inscritos mais aos comportamentos do universo homoerótico. Em contrapartida, mesmo sendo libertário enquanto uma produção discursiva, a publicação reforçava estereótipos e condições marmorizantes das identidades e sexualidades, como na publicação dos *Dez mandamentos da bicha*, publicado na edição de número 12, de 1964:

1- Amar a todos os homens/ 2 – Nunca ficar com um só/ 3 – Beijar todos os bofes/ 4 – Evitar falar no futuro/ 5- Quanto mais intimidade na cama melhor/ 6 – Fingir sempre que ama um só/ 7- Nunca esquecer os homens casados/ 8- Evitar falar de dinheiro/ 9- Não querer as mariconas/ 10- Casar só por uma hora. (Green, 2000, p.190)

No discurso da publicação, havia distinção e o estigma entre os *homens de verdade*, (masculinizado, ativo, viril) e a figura das *mariconas* (efeminado e passivo) para a representação dos homossexuais. Péret (2011) alega a dificuldade d' *O Snob* de lidar com diversidade de identidade e o desejo durou até 1966, quando um dos colaboradores, Hélio Gato Preto, que assinava com o codinome de *Pantera Cor-de-rosa*, questionou a rigidez das formações identitárias. Como a autora coloca, assuntos sobre a frivolidade da vida continuaram a estampar as páginas da publicação, mesmo com menor destaque, mas tiveram que compartilhar o espaço com temas mais edificantes, como as manifestações estudantis pelo mundo em 1968, os movimentos de repressão, a Guerra do Vietnã e o surgimento da contracultura, como evidenciou o editorial da primeira edição de 1969:

1969 parece ser o ano das novidades, pelo menos para nós, de *O Snob* (...). Iniciamos com um jornal mais adulto onde as crônicas, poesias, artigos de real interesse, contos e colunas sociais sadias, sem fofquinhas, aliás, abandonadas há muito por nossos colonistas. (...) Estamos próximos do século XXI, a dois passos da lua e não podemos permitir que nossa mente fantasiosa estacione desde há 100 anos. (Green, 2000, p.194)

Destarte, o jornal tornou-se um sintoma discursivo da resignificação dos valores de identidade e reconhecimento da diversidade sexual no espaço político, extrapolando as formas de significação para além dos estereótipos previamente programados socialmente, um movimento muito importante para o reconhecimento

desses indivíduos para fora das representações estigmatizadas. Com isso, foram desenhadas outras propostas editoriais voltadas ao reconhecimento de homossexuais no espaço social e também formas de militância. Mesmo não sofrendo perseguição do regime militar, *O Snob* fechou as portas em 1969, como uma forma de evitar contratempos com a truculência militar.

HOMOERÓTICA, ALTERNATIVA E REBELDE

A partir de então, a despeito da ditadura militar, outros jornais foram editados³, com destaque para o *Okeizinho*, o boletim do grupo OK, do Rio de Janeiro, que também realizou movimentos importantes para a militância e contou com a participação de Aguiinaldo Guimarães, o mesmo idealizador d' *O Snob*; e a imprensa homoerótica é torneada segundo procedentes alternativos e de militância. Na visão de Grinberg (1987), o surgimento da imprensa alternativa aconteceu devido à deficiência comunicacional, ou seja, à concentração e limitação dos conteúdos em detrimento de outros temas. Essa condição, sob a pena de Pasquali (1973), tornou-se um problema social, pois não fomentaria o pensamento crítico na população, reduzindo os interlocutores a uma versão unilateral da perspectiva da comunicação e ocasionaria a formação das massas enquanto agrupamentos sem posicionamento crítico e reflexivo acerca da condição social vigente. Ainda sob a visão de Grinberg (1987), o autor considera que a imprensa alternativa agiu em duas perspectivas: enquanto uma forma de produção e distribuição das publicações, não usufruindo de uma cadeia complexa de logística e financiamento, além de oferecer uma proposta discursiva que foi de encontro às práticas de poder.

Enquanto um discurso histórico, Festa (1986) apresentou três divisões da produção da imprensa alternativa brasileira que teve como marco a instauração do Ato Institucional – 5^a (AI-5). O primeiro momento correspondia entre os anos de 1968 a 1978, que "caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições" (p.10). A segunda fase correspondia ao intervalo dos anos de 1978 a 1982 e foi marcada pelo pedido das eleições diretas, pelo abrandamento da censura aos movimentos políticos e também pelo enfraquecimento da imprensa alternativa. Já o terceiro momento, de 1982 a 1983, houve a diluição dos veículos alternativos que seria um sintoma da "incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual vivida pela sociedade brasileira" (p.10).

Essa perspectiva historiográfica dá base para contextualizar o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, ou simplesmente *Lampião*. A proposta do jornal partiu de um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas que perceberam, após a visita ao Brasil de Winston Leyland, editor da Gay Sunshine, revista homoerótica americana, a possibilidade do lançamento de uma publicação semelhante que abarcasse os homossexuais e outros discursos marginalizados. *Lampião* foi editado sob o comando de José Silvério Trevisan, Darcy Penteadó, Adão Acosta, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, João Antônio Mascarenhas, Aguinaldo Ribeiro e outros colaboradores esporádicos que se dividiam nas redações de São Paulo e Rio de Janeiro. A parte editorial contava com sete seções: *Opinião* (correspondente ao editorial), *Ensaio, Esquina* (seção de artigos), *Reportagens, Literatura, Tendência* (espaço cultural), *Cartas na Mesa* (correspondências de leitores publicadas) e, a partir da quinta edição, teve também a coluna *Bixórdia*, que veiculou fofocas em geral. Enquanto uma produção gráfica, *Lampião* não apresentava sutilezas, a mancha gráfica era pesada e com poucos espaços em branco, pouca interatividade e com colunas rígidas (Rodrigues, 2010), além de uma preocupação maior com as reportagens que com o visual da publicação. Em outro estudo, Rodrigues (2014) aponta que “as capas do jornal sempre trouxeram um número muito grande de chamadas e uma diagramação que não definia a matéria principal” (p. 113).

O nome do jornal não é uma unanimidade nem entre os responsáveis pela publicação. A mais plausível é que fazia alusão à figura de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, líder de um grupo de cangaceiros que incomodou as bases governamentais do Brasil entre os anos de 1910 e 1930 pelas ações de posse e saques a propriedades rurais e estabelecimentos comerciais; e à esquina, reconhecida por ser um local de clandestinidade e ponto de prostituição. Assim, o nome da publicação traria a força e bravura de uma figura temida, na mesma medida em que ofereceria luz ao caminho desses indivíduos marginalizados, por que a intenção do jornal foi de retirar os homossexuais e outros grupos sociais do limbo social e reconhecê-los como cidadãos, isso tudo sem perder o tom da sátira.

Lampião foi o primeiro jornal homoerótico do país com circulação periódica e de maior abrangência que os demais títulos alternativos desse segmento. O jornal é alternativo justamente por ser um contraponto à heterossexualidade compulsória e servir de deboche

para as estruturas conservadoras da sociedade. A linha editorial dele não era voltada exclusivamente à militância da diversidade sexual. Não raro era possível encontrar matérias sobre a defesa dos direitos das mulheres, de temática ambientalista e contra o racismo, como apresenta o editorial *Saindo do gueto*, da edição de número 0:

Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. (...) Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. (Abaixo o gueto, 1978, p.2)

A variedade discursiva sobre as homossexualidades e outras minorias edificou outras representações que não estavam a par dos códigos estereotipados de significação, criando possibilidades de enfraquecer as estruturas consolidadas de poder sob os processos estigmatizados da diversidade sexual. A intenção do *Lampião* foi de esmorecer as fronteiras que condicionavam as homossexualidades à clandestinidade. Para isso, o recurso de palavras em tom de deboche no discurso, como apresenta o editorial:

O uso de tais palavras em *Lampião*, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para, em seguida, desmistificá-las. Veja bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviam como o meio mais simples para mostrar a separação que existe entre o nosso mundo e o dos outros. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outras igualmente mistificadoras. (Uma capa com muitas estrelas, 1978, p.3)

A despeito do AI-5 ter perdido forças em 1978, mesmo ano de lançamento do *Lampião*, isso não quis dizer que atos de censura e repressão tiveram fim. Green (2000) apontou que desde o ano de lançamento da publicação, houve forças contrárias que propuseram o fechamento do jornal, buscando inclusive vias legais para isso acontecesse (como o amparo na justificativa pela Lei de Imprensa), mas a publicação permaneceu

em atividade. Houve também atentados com bombas caseiras a bancas de revista para que veículos alternativos não fossem comercializados (Trevisan, 2004), o que incluía o *Lampião*:

A incerta situação política da abertura, atravessada por ações localizadas de repressão política e terror paramilitar, continha as expectativas em relação aos avanços libertizantes, o que talvez ajude a compreender por que iniciativas em favor dos direitos civis pareciam distantes nos horizontes da época. É certo que *Lampião* e os emergentes grupos se esforçaram por construir uma pauta de reivindicações que visavam combater discriminações sofridas pelos homossexuais na vida civil em geral. (Simões & Facchini, 2009, p.94)

Além disso, em abril de 1979, colaboradores do jornal tiveram que prestar depoimento sobre a matéria de capa da edição de número 0 que trazia como título “*Qual é o crime desse rapaz?*”. A matéria se posicionou em defesa do jornalista Celso Curi, que escrevia a seção *Coluna do meio*, sobre o universo de festas e encontros entre homossexuais e lésbicas, no jornal *Última Hora*. Em 1977, Curi foi demitido e respondeu judicialmente por infração à moral pública e aos bons costumes, segundo a promotoria do caso, com base no artigo 17 da Lei de Imprensa, pois Curi defendia “abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo” (Abaixo o gueto, 1978, p. 3). Curi foi absolvido, mas *Lampião*, na edição de número 12, questionou a atitude autoritária do poder judiciário com chamada de capa: *Procura-se: Eles não se chamam Attala nem Lutfalla, não são sócios do Lume, nem do Ludwig: pode haver crime maior?*⁵ e os colaboradores convocados para depor foram fotografados com vestimentas de presidiários. A intenção foi de questionar se a sexualidade alheia seria realmente o que importava à polícia ou se o comportamento truculento da polícia e do judiciário era mais uma estratégia de disciplina das sexualidades.

Com a chegada dos anos de 1980, além do enfraquecimento da imprensa alternativa como discurso de resistência somado aos problemas de ordem financeira e administrativa, *Lampião* perdeu forças no mercado editorial devido também à entrada de publicações pornográficas estrangeiras no Brasil. Feitas no exterior a baixo custo e apenas impressas no país, essas publicações foram bem recebidas pelo público brasileiro. Como forma de oferecer sobrevida à invasão pornográfica, *Lampião* também aderiu a essa prática, o que motivou Bernardo Kucinski (1991) a afirmar que o jornal começou elegante e terminou pornográfico.

Assim, após 33 edições, *Lampião* deixou de circular em 1982, ocasionando um hiato na imprensa homoerótica, pois o jornal teve “grande importância, na medida que abordava sistematicamente, de forma positiva e não pejorativa, a questão homossexual nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais” (Fry & MacRae, 1985, p. 21).

A imprensa homoerótica brasileira sofreu uma carência aguda enquanto discursos de militância e defesa das causas de homossexuais, lésbicas e outros indivíduos da diversidade sexual. As publicações apresentavam quase que exclusivamente imagens de sexo explícito e pornografia⁶. Mesmo com o advento da AIDS, ficaram a cargo dos grupos de apoio e de militância a produção e circulação das publicações para esclarecimento da doença; como exemplo, os boletins informativos produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, editados a partir de 1983, o informativo *Pela Vidda*, lançado pelo grupo Gestos, do Rio de Janeiro, as publicações também cariocas *Saber Viver*, de 1999, e *Nós por Exemplo*, de 1991, e a publicação *Grito de Alerta*, de Niterói, de 1994.

EM NOME DO PRAZER

A partir da segunda metade dos anos de 1990, a imprensa homoerótica desfrutou da profissionalização na produção de conteúdos e distribuição das publicações em larga escala; as questões de militância deixaram de ser prioridades e entraram em cena a promoção de prazeres e consumo. A ideia de perceber os homossexuais como consumidores em potencial fez surgir uma nova organização mercadológica para esse público chamado de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). A sigla não envolve uma intenção identitária, mas sim uma perspectiva de classe consumidora. Não apenas produtos do mercado editorial alcançam essa fatia de mercado, mas também turismo, gastronomia, vestuário e uma série de segmentos voltados em atender ao *pink-money*, denominação para designar o poder de compra por homossexuais. Nesse mesmo período, a SG Press lançou a *Sui Generis*, em 1995, que abordava um leque de assuntos como as ações de militância e as festas que aconteciam nos circuitos de eventos nacionais. Todavia, essa publicação não se sustentou com o surgimento da revista *G Magazine*, que apresentava nudez masculina. Para ter um sobressalto, a SG Press lançou a *Homens*, que veiculava conteúdos eróticos. Mesmo assim, as duas publicações da editora SG Press encerraram as atividades.

O consumo, de alguma forma, tornou-se um discurso unificador social que não distingue os sujeitos pela orientação sexual, mas pelo poder de consumir. Por isso que:

Nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites dos guetos. A ênfase de um “movimento de massa” orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de fazer chegar à massa. (Trevisan, 2004, p.376)

Essa referência também foi um sintoma na imprensa homoerótica a partir de 1990. A revista *G Magazine*, da Fractal Edições, trouxe à tona essa perspectiva ao apresentar a nudez masculina, sem pudor, a partir de 1997. A revista ganhou muita visibilidade no Brasil devido às fotografias: os homens eram fotografados nus e com ereção em diversas poses, além de serem homens que desfrutavam de certo reconhecimento na área em que atuavam (esporte, novelas, música, etc...). Paralelamente à linha editorial da revista voltada ao erotismo:

Os anúncios apresentados na publicação eram de conteúdo sexual. A diagramação e a edição eram voltadas para esse tipo de assunto. Devido a isso, os maiores anunciantes eram empresas que vinculavam sua imagem ao público gay (...) a maioria deles [anunciantes] usava os anúncios para divulgar espaços de lazer voltados para o público gay (saunas, boates, locadoras, entre outros), mas muitas empresas de moda, de artigo de luxo (perfumes, jóias e outros) e de turismo começaram a investir nesse público anunciando em revistas segmentadas. (Silva, 2015, pp. 120-121)

A imprensa homoerótica evidenciou essa nova condição social que prezou pelos prazeres, amenizando as funções de militância, em que as qualidades estéticas sobressairam às funções éticas, como apresenta Maffesoli (2009). Para o autor, a vontade de sentir tornou-se um discurso moral contemporâneo. No compasso desse pensamento, há a cultura da percepção que, segundo Costa (2005), aprimorou a dignidade do sujeito em três movimentos: dignidade ontológica, quando o sujeito não é mais reconhecido pelos seus atributos políticos e pensamentos, mas para que seu corpo seja esmiuçado e bem-tratado; dignidade epistemológica, quando o conhecimento de si não é transcendental, mas sim pelo conhecimento do corpo, e a dignidade ética, quando o bem-estar físico perpassa a condição corpórea como

sinal de maturidade e capacidade de autogerência do corpo. O desenvolvimento de sensações se tornou um código moral na contemporaneidade e o corpo se tornou um medidor dessa condição sintomática. A *G Magazine*, em quase 15 anos de existência, explorou de forma significativa a expressão do corpo na promoção de sensações, aliviando as angústias:

A utilização da mídia para a satisfação dos prazeres tem sido um caminho viável para a construção discursiva que visa integrar o sujeito a seu meio social sem que lhe sejam impostas diretamente as morais civilizantes. Através do aprimoramento constante do conhecimento das necessidades de consumo do sujeito, a mídia produz um discurso sempre pronto e presente para amenizar os sofrimentos do sujeito. O prazer sexual, sem dúvida, entra no jogo de manipulação da mídia, visando à satisfação da demanda de prazeres barrados do indivíduo. (...) a sociedade ocidental contemporânea encontra na contemplação midiática um meio de manifestação de prazer. (Rodrigues, 2007, p.47)

A Fractal Edições manteve outras publicações de cunho mais pornográfico, o que incluía cenas de sexo explícito com as revistas *Lolitos*, *Transex*, *Top Secret*, *Premium* e *Fotonovela Gay*, além do site que era alojado no portal *UOL*. A revista foi mantida pela editora até 2008, quando foi vendida ao grupo norte-americano *Ultra Friends*, e as publicações seguiram até 2013, mas sem a periodicidade regular. Nessa mesma entoadada, em 2007, a editora Peixes lançou a revista *Dom*, mas, a revista não prosperou e encerrou as atividades em 2009. Foi também em 2007 que o grupo Mix Brasil lançou a revista *Junior*. Essa publicação não apresentou fotografias de homens nus, entretanto, prolongou a intenção de construir um universo de prazer pelas promessas de consumo. O corpo permaneceu como entidade central para a promoção do gozo e da felicidade como um imperativo para as relações morais. Esse movimento foi percebido no primeiro editorial:

Você sabe há quanto tempo acompanhamos a efervescência do mercado editorial gay no exterior? Anos e anos morrendo de vontade de fazer uma revista bacana por aqui. Ela seria assumida sem ser militante, sensual sem ser erótica, cheia de homens lindos, com informação para fazer pensar e entreter. (...) Mesmo sem saber exatamente quantos somos e onde estamos, acabamos evidenciando nossa existência pelo vigor do nosso mercado (...). Outras áreas como o turismo e moda já descobriram que não vivem sem nós. Outros estão começando a entender isso agora. (Chegou a hora, 2007, p.11)

O culto ao corpo é renitente ao longo da história. Todavia, foram modificados seus interesses e propostas. Na contemporaneidade, a disciplina e o controle do corpo para que seja esbelto, torneado e sem marcas é um sintoma cultural da estética enquanto uma ética, além de afastar a decrepitude advinda com a idade. Desse modo, essas representações do corpo nos discursos midiáticos fomentam com mais intensidade os discursos e práticas narcísicas e hedonistas, além de promoverem a espetacularização dos prazeres pelo corpo e se tornarem uma passagem rumo à felicidade. Ainda de acordo com Costa (2005), a mídia contribui para essa qualidade de movimento apresentando não apenas o que quer, mas como ver:

(...) a corrida pela posse do corpo midiático, o corpo-espetáculo, desviou a atenção do sujeito da vida sentimental para a vida física. Criou-se uma nova educação dos sentidos, uma nova percepção da morfologia e das funções corporais que tornou o bem-estar sensorial um sério competidor do bem-estar sentimental. Cuidar-se de si deixou de significar, prioritariamente, preservar os costumes e ideais morais burgueses para significar “cuidar do corpo físico”. O cultivo das sensações passou a concorrer, ombro a ombro, com o cultivo dos sentimentos. Estar feliz não se resume mais a se sentir sentimentalmente repleto. Agora é preciso também se sentir corporalmente semelhante aos “vencedores”, aos “visíveis”, aos astros e estrelas midiáticos. (p.166)

Atualmente, nem a *Junior* nem a *G Magazine* estão mais em circulação. Mesmo após o encerramento do material impresso, ambas mantiveram por algum tempo páginas na internet e, atualmente, apenas a *Junior* atualiza sem periodicidade o perfil que mantém no Facebook. O motivo do fechamento das revistas é o mesmo: a difícil permanência no mercado editorial com o advento da internet; muitos sites foram desenvolvidos com conteúdo informacional e erótico no Brasil e no mundo com a possibilidade de acesso livre e gratuito, um fato que ocasionaria uma disputa desproporcional aos veículos impressos.

NA CONTRAMÃO

Na mesma medida em que há a possibilidades de forças estagnantes por discursos refratários sobre corpos e identidades, há também possibilidades de saída dessa condição com expressões mais flexíveis de identidades. Hall (2010) afirmou que na atual conjuntura, a chamada pós-modernidade, a fragmentação das identidades ocasionou multiplicidade de representações

em um determinado recorte no tempo e no espaço. A maleabilidade identitária provocou o rompimento de paradigmas unificados a discursos que não se sustentariam com tanta intensidade:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (Hall, 2010, p.13)

Isso não representa qualquer desvio por uma condição psicótica, mas é interpretado como sintoma do desenvolvimento da globalização que interfere na significação de referências identitárias e pelo desenvolvimento de tecnologias que oferecem o surgimento de novas interfaces entre sujeitos. Como aponta Woodward (2000), as novas identidades são originadas como experiências da linguagem e da cultura que são apropriadas ou expropriadas, mesmo que inconscientemente, pelas contradições que os indivíduos realizam, o que geram ações de tensão e contradições em sua formação. Assim, as identidades não podem ser mais consideradas como sendo imutáveis, mas em permanente trânsito.

Nos estudos sobre as sexualidades, a epistemologia *queer* desenvolveu reflexões sobre a fluência das identidades que apresenta a capacidade de representações não mais calcadas em signos absolutos, mas de forma fluida. Originário do inglês, o *queer* pode ser traduzido como estranho, esquisito, uma ofensa. A apropriação pelos estudos sociais da sexualidade não se refere justamente a essa condição, mas o termo se traduz como uma possibilidade de ser rebelde a definições:

Em termos políticos, não tardou para que ele denotasse uma alternativa crítica aos movimentos assimilacionistas. Teórica e metodologicamente, os estudos *queer* surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido. (Miskolci, 2009, pp. 151-152)

Dentro dessa perspectiva pós-estrutural que as significações binárias de gênero, sexualidade ou identidade não se encontram pareadas, mas são concebidas enquanto linguagens e dispositivos sociais e históricos pela performatividade. Na concepção de Judith Butler

(2015), o gênero seria compreendido enquanto uma noção de performatividade, isto é, um efeito da qualidade cultural e linguística daquilo que poderia ser o gênero como sendo uma atividade em permanência elaborada. Nessa observação que Salih (2012) afirma que “o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijecem até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (p. 94).

A revista *Nin: naked for no reason*, editada pela Guarda-chuva, sob o comando de Alice Galeffi e Letícia Gicovate, trouxe a transitoriedade da identidade em suas páginas pela arte erótica. O nome da publicação é em alusão à escritora francesa Anais Nin (1903-1977), reconhecida pelo erotismo nas poesias e contos que escreveu. A quebra de paradigmas da revista é percebida na composição editorial. A publicação não apresenta editoriais fixos e seu conteúdo é composto por textos mais intelectualizados e reflexivos sobre sexualidade, além de ensaios fotográficos, desenhos e ilustrações que retratam a nudez das mais diferentes representações: são homens gordos, peludos ou magros, tatuados ou não que dividem espaço com mulheres acima do peso, com estrias e celulites e travestis esbeltas seminuas com os cabelos encaracolados. A primeira edição, de 2015, trouxe na capa Cicciolina, nome artístico de Ilona Staller, atriz pornô reconhecida internacionalmente nos anos de 1980, em que ela relata sua experiência no universo erótico e novas perspectivas para política, além de textos de Ronaldo Lemos, Fernanda Marinho e João da Matta sobre sexualidade, pornografia e desejo. Esses temas são tratados com naturalidade e respeito, sem o aspecto formal do teor acadêmico, mas evocando fontes e referências bibliográficas. Como o trecho em que Ronaldo Lemos (2015) explica a diversidade sexual, mais especificamente os transgêneros e transexuais, apoiado no ensaio *Manifesto ciborgue*, de Donna Haraway, considerado por ele:

(...) um dos textos mais importantes do feminismo contemporâneo. No texto visionário (que começou a ser elaborado em 1989), a autora fala do ciborgue como ideal pós-essencialista. Na visão dela, o ciborgue somos nós, sujeitos possíveis que podem transcender as dualidades (pulsão-detenção, abstinência-indulgência, homem-mulher, eu-outro, cultura-natureza, civilizado-primitivo, certo-errado). O ciborgue é um símbolo de liberdade e de igualdade, que opera em antidiscriminação (...). Por conta disso, Haraway nos convoca a uma revisão do conceito de gênero, que deixe de ser patriarcal e essencialista. (p.91)

Por esse caminho, *Nin* não é propriamente dita uma revista homoerótica, mas traz em suas páginas alguns ensaios de homens nus; na mesma preposição que desenhos e fotografias de mulheres nuas também estampam a revista *Nin é queer*. Na segunda edição, de 2016, a revista trouxe a modelo transexual Camila Ribeiro na capa, além dos trabalhos de Aleta Valente, que foi uma interna de uma casa de abrigo para menores de idade em São Paulo e também a matéria de título *Rosa-piranha*, que traz o ensaio erótico fotográfico de um ex-garoto de programa, que hoje tem dificuldade de permanência em um emprego fixo.

Por esses recortes, é possível apresentar que os paradigmas de identidade estão fluidos e, mesmo que seja por uma publicação que não tenha alta circulação, há algum movimento para contemplar novas faces de interpretação e reconhecimento dos desejos e das sexualidades fora de alguns leques binários (homem x mulher, homossexual x heterossexual, lésbica x gay). Essa revista é *queer* na intenção de “questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. (...) é, neste sentido, perversa, subversiva, irreverente, profana, desrespeitosa” (Silva, 2000, p.107). Mas a qualidade de ser intempéstiva é que engrandece o universo editorial brasileiro por apresentar outras possibilidades de representações mais flexíveis. Quando formos nos atentar, o deboche às estruturas enraizadas foi um procedimento muito semelhante à proposta editorial do *Lampião*, uma vez que o jornal se dispôs a realizar enfrentamentos para retirar as homossexualidades do nível de marginalidade pelo uso do escárnio e irreverência. Por essas considerações, o *queer* não preza pela formatação da identidade, mas se referenda pelos movimentos libertários das sexualidades e dos modos de representação como discursos não estigmatizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS

A intenção desse artigo não é de esgotar as reflexões sobre a imprensa homoerótica brasileira pela análise dos veículos apresentados, muito pelo contrário, esses posicionamentos são recortes que podem elucidar sobre as relações existentes entre as formas de representação e cultura que foram constituídas em determinados momentos da história. Futuramente, em outros momentos, essa imprensa será abordada à luz de novas perspectivas e olhares que também acompanharão a dinâmica dos discursos culturais e sociais vigentes em questão. Assim, a intenção dessa pesquisa

foi de perceber como a imprensa homoerótica se articula com os códigos morais que, por sua vez, se tornam sintomas de uma sociedade estruturada em um determinado tempo e espaço.

Reconhecer o amadorismo na produção, os movimentos de militância e resistência, os diálogos com o consumo, prazer e felicidade e as novas configurações de identidade é perceber como a história oferece uma leitura acerca da produção midiática estabelecendo relações com outras práticas discursivas quem envolvem as referências de cultura, economia, sexualidade e subjetividade.

Além disso, é importante considerar que, salvo as publicações que estavam mais preocupadas com o desenvolvimento sinestésico pelo corpo, a imprensa

homoerótica apresentou forças de enfrentamentos para lidar com posicionamentos cristalizados, oferecendo novas perspectivas que não fossem as relacionadas aos estereótipos e limitações representativas. Com isso, fica expressa a necessidade constante de construir representações que fujam de marcas infrutíferas para o espaço social.

Por essa análise, é possível acompanhar a dinâmica da imprensa homoerótica e verificar que esse segmento editorial se tornou um sintoma do discurso histórico, na mesma proporção que a história também edifica os discursos desse segmento, construindo representações e legitimando a necessidade de subversão aos discursos marmorizantes que insistem em condicionar as sexualidades a papéis sociais previamente esquematizados.

NOTAS AL PIE

1. O termo uranista se refere aos homossexuais em alusão à musa Urânia que estimulava a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo (Fry & MacRae, 1985).
2. Isso não quer dizer que anteriormente a esse período o homoerotismo não fosse tema na imprensa. Os contos e crônicas do escritor João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, foram publicados no começo do século XX, no Rio de Janeiro, nos jornais *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Dia* e *Correio Mercantil*. Seus textos apresentaram forte teor homoerótico, expressão que foi motivo para perseguição e discriminação do autor na época, como sinaliza Péret (2011).
3. Apoiada em Green (2000), Péret (2011) afirma que no Brasil circularam mais de 30 títulos: a exemplo *Zona Norte* (1963), *Vagalume* (1964), *Subúrbio à noite* (1966), *O Bem* (1966), *Avenida Central* (1966), *Cinelândia à noite* (1966), *Chic* (1966), *Le Femme* (1968), *Darling* (1968), *Centauro* (1968), *O Grupo* (1968), *O Vic* (1968), *Le Carrion* (1966) todos circularam na cidade do Rio de Janeiro; *O Estábulo* (1966), *Felinos* (1967) em Niterói; *Sophistique* (1966), em Campos; *Mais* (1966), *Fatos e fofocas* (1963), em Belo Horizonte; *Gay* (1967), *Gay Society* (1967), *Zéfiro* (1967), *Baby* (1967), em Salvador, todas publicações alternativas.
4. O Ato Institucional nº5 foi assinado pelo presidente general Costa Silva, em 13 de dezembro de 1968, e oferecia “poderes punitivos ilimitados ao regime militar” (Fico, 2014, p.119) como o fechamento do Congresso Nacional, perseguições àqueles contrários ao regime, cassação de mandatos de políticos e restrições à imprensa e manifestações culturais. Vide: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, *Ato Institucional nº 5*, de 13 de Dezembro de 1968, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.
5. De acordo com Amaral e Bertolli (2015), o caso Atalla refere-se ao empresário Jorge Wolney Atalla, um dos financiadores da Operação Bandeirantes, que reprimiu movimento estudantil e outras manifestações de resistência, uma das operações mais violentas no período ditatorial. O caso Luftalla era sobre indícios de favorecimento ao grupo Luftalla durante a gestão do governador de São Paulo, Paulo Maluf. Já as empresas Lume e Ludwig foram acusadas de sonegação de impostos na década de 1970 no Brasil.
6. De acordo com Amaral (2013), a revista *Ciência e Nudismo*, da editora Lemar, apresentava alguns artigos sobre sexualidade, mas tinha uma linha editorial mais voltada à pornografia. Já as revistas *Gay Scope* e *Spartacus*, ambas da editora Ki-bancas Edições, apresentavam mais ensaios pornográficos e cenas de sexo explícito praticamente sem conteúdo jornalístico.

REFERÊNCIAS

- Abaixo o gueto [Down with the ghetto]. (1978, April). *Lampião da Esquina*, (1), 2.
- Amaral, M. E. P. (2013). *Representação do corpo masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lampião da Esquina e na revista Junior* [Representation of male body: Relations of image, identity and culture about the male body in Lampião da Esquina press and Junior Magazine]. Masters dissertation, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru.
- Amaral, M. E. P. & Bertolli, C. (2015). “Qual é o crime desse rapaz?”: resistência e discurso no jornal Lampião da Esquina [‘What is this boy’s crime?’: Resistance and discourse in Lampião da Esquina press]. *Estudos em Comunicação*, 18 (2), 53-76. Retrieved from <http://www.ec.ubi.pt/ec/18/pdf/n18a04.pdf>.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* [Trouble gender: Feminism and subversion of identity]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chegou a hora [The time has come]. (2007, September). *Junior*, (1), p.11.
- Costa, J. F. (2005). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo* [The vestige and aura: Body and consumption in the morality of spectacle]. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dumoulin, O. (1993). Método histórico [Historical method]. In A. Burguière (Ed.), *Dicionário das ciências históricas* [Dictionary of historical sciences], (pp. 537-539). Rio de Janeiro: Imago.
- Festa, R. (1986). Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa [Social movements, popular and alternative communication]. In R. Festa & C. Eduardo Lins da Silva (Eds.), *Comunicação popular e alternativa no Brasil* [Popular and alternative communication in Brazil], (pp. 9-30). São Paulo: Edições Paulinas.
- Fico, C. (2014). *O golpe de 1964: momentos decisivos* [The coup of 1964: Decisive moments]. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber* [History of sexuality: The will of knowledge], 13th ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Fry, P. & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade?* [What is homosexuality?]. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
- Green, J. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* [Beyond carnival: Male homosexuality in twentieth-century in Brazil]. São Paulo: Editora da Unesp.
- Green, J. & Polito, R. N. (2004). *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)* [Fresh tropics: Sources about male homosexuality in Brazil (1870-1980)]. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Grinberg, M. S. (1987). *A comunicação alternativa na América Latina* [Alternative communication in Latin America]. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hall, S. (2010). *A identidade cultural na pós-modernidade* [Cultural identity in postmodernity]. Rio de Janeiro: DP&A.
- Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira* [Journalist and revolutionaries of Brazilian press]. São Paulo: Escrita Editorial.
- Lemos, R. (2015). Sexo e desigualdade [Sex and inequality]. *Nin*, 2(1), 89-91.
- Massefoli, M. (2009). *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade* [The mystery of conjunction: Essays about communication, body and sociality]. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Miskolci, R. (2009). A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização [Queer theory and sociology: The challenge of analyzing normalization]. *Revista Sociologias*, 21(1), 150-188.
- Parker, R. (2002). *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil* [Below of Ecuador: Culture of desire, male homosexuality and gay community in Brazil]. Rio de Janeiro: Editora Record.

- Pasquali, A. (1973). *Sociologia e comunicação* [Sociology and communication]. Petrópolis: Editora Vozes.
- Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil* [Gay press in Brazil]. São Paulo: Publifolha.
- Presidência da República do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [Presidency of the Republic of Brazil, Civil House, Subchef for Juridical Subjects], *Ato Institucional nº 5*, de 13 de Dezembro de 1968 [Institutional Act No. 5 of December 13, 1968]. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm
- Rodrigues, G. de O. (2007). *Corpos em evidência: uma perspectiva sobre os ensaios fotográficos de G Magazine* [Bodies in evidence: A perspective about photographic essay in G Magazine]. Masters dissertation, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-180730/pt-br.php>.
- Rodrigues, J. C. (2010). *Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil* [Identity printing: A look on gay press in Brazil]. Niterói: EdUFF.
- Rodrigues, J. C. (2014). Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura [A lamp illumining dark corners of dictatorship]. In J. Green & R. Quinalha, *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* [Dictatorship and homosexualities: Repression, resistance and the search for truth], (pp. 83-124). São Carlos: Edufscar.
- Salih, S. (2012). *Judith Butler e a teoria queer* [Judith Butler and queer theory]. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Silva, T. T. da (2000). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* [Identity documents: Introduction to curriculum theories]. Belo Horizonte: Autêntica.
- Silva, E. R. A. da. (2015). *O corpo nu e as representações sociais do masculino* [Nude body and male social representation]. São Paulo: Annablume.
- Simões, J. A. & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* [In the way of the rainbow: From homosexual movement to LGBT]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Trevisan, J. S. (2004). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* [Debauched in paradise: Homosexuality in Brazil, from colony to present]. 6th ed. Rio de Janeiro: Record.
- Uma capa com muitas estrelas [A cover with many stars]. (1979, maio). *Lâmpião da Esquina*, (10), 3.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual [Identity and difference: a theoretic and conceptual introduction]. In T. T. da Silva (Ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* [Identity and difference: the perspective of cultural studies], (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

SOBRE OS AUTORES

José Miguel Arias Neto, Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Relações Internacionais no Instituto San Tiago Dantas (UNESP/USP/PUC-SP). Professor de graduação e pós-graduação no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pesquisador CNPq-2.

Muriel Emídio P. do Amaral, Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), bolsista Capes, mestre pela mesma instituição. Foi professor dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Desenho Industrial (modalidade virtual) da Universidade Norte do Paraná (Unopar/Londrina). Apresenta estudos e artigos sobre sexualidades e atualmente pesquisa acerca dos circuitos de perversões na comunicação.